



PREVIC

**SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE
PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR**



**Superintendência Nacional de
Previdência Complementar
Previc**

Relatório de Atividades 2015 

EXPEDIENTE

Presidenta da República

Dilma Vana Rousseff

Ministro de Estado da Previdência Social

Carlos Eduardo Gabas

Secretário-Executivo

Marcelo de Siqueira Freitas

Secretário de Política de Previdência Social

Benedito Adalberto Brunca

Secretário de Políticas de Previdência Complementar

Jaime Mariz de Faria Junior

Previc – Superintendência Nacional de Previdência Complementar

Diretoria Colegiada

Carlos de Paula – **Diretor Superintendente**

José Roberto Ferreira – **Diretor de Análise**

Técnica

Sérgio Djundi Taniguchi – **Diretor de**

Fiscalização

Esdras Esnarriaga Junior – **Diretor de**

Administração

Fábio Henrique de Souza Coelho – **Diretor de**

Assuntos Atuariais, Contábeis e

Econômicos

Procurador Chefe

Fábio Lucas de Albuquerque Lima

Expediente Técnico

Organização

Coordenação-Geral de Projetos Especiais

Patrícia Cerqueira Monteiro

Equipe

Marcelo Seraphim

Silvan Lucas de Sousa Júnior

Assessoria de Comunicação Social da Previc

Vânia Cristina Cristino

Maria de Fátima Emediato Álvares

Maria Luiza Faria Fabello Vaz

Vanessa Barreto Vasconcelos

Endereço:

Setor Bancário Norte – Quadra 2

Bloco “N” – 9º Andar

Tel.: (61) 2021-2002/2003

Fax: (61) 2021-2000

CEP: 70.040-000 – Brasília/DF

www.previc.gov.br

Escritórios Regionais da Previc

Escritório Regional I - São Paulo

Coordenador: Peterson Gonçalves

Rua 24 de Maio, 250, 12º andar

CEP: 01041-000 - São Paulo/SP

Tel: (11) 3227-2709 Fax: (11) 3228-8262

Escritório Regional II - Rio de Janeiro

Coordenador: Eduardo Menezes Meireles

Rua México, 168 – 11º andar

Centro / CEP: 20031-143 - Rio de Janeiro/RJ

Tel.: (21) 2532-2662 Fax: (21) 2532-5963

Escritório Regional III - Minas Gerais

Coordenador: James Taylor Faria Chaves

Rua Padre Eustáquio, 1831 – 5º andar – salas

501/502 - Bairro Padre Eustáquio

CEP: 30720-100 - Belo Horizonte/MG

Tel.: (31) 3419-6858

Escritório Regional IV - Pernambuco

Coordenador: Otávio Lima Reis

Av. Jornalista Mário Melo, 343, 3º andar

Santo Amaro / CEP: 50040-010 - Recife/PE

Tel: (81) 3412-5641

Escritório Regional V - Rio Grande do Sul

Coordenador: Roger Odillo Klafke

Rua Jerônimo Coelho, 127 – 18º andar - sala

1804, Centro

CEP: 90010-241- Porto Alegre/RS

Tel: (51) 3208-5472

Sumário

1.	APRESENTAÇÃO.....	4
2.	CENÁRIO DA PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR EM 2015	5
3.	PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2015.....	6
4.	PRINCIPAIS REALIZAÇÕES DA AUTARQUIA	13
4.1.	DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO – DIFIS.....	13
4.2.	DIRETORIA DE ASSUNTOS ATUARIAIS, CONTÁBEIS E ECONÔMICOS – DIACE.....	14
4.3.	DIRETORIA DE ANÁLISE TÉCNICA – DITEC.....	17
4.4.	DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO - DIRAD.....	20
5.	PRINCIPAIS ALTERAÇÕES NORMATIVAS.....	22

1. APRESENTAÇÃO

Em 2014 a Previc revisou seu planejamento estratégico para o ano de 2015 com objetivo de otimizar seus processos e tornando-os, ao mesmo tempo, mais ágeis e seguros. Para isso, foram definidos três pilares que nortearam suas ações: Fomento, Desoneração e aperfeiçoamento da Supervisão Baseada em Riscos (SBR), mediante a implantação do Programa de Supervisão da Previc (PSP).

Esses 3 pilares e mais 5 outros orientadores foram estabelecidos como objetivos estratégicos da Autarquia, sendo subdivididos em 9 ações estratégicas, cuja a concretização neste ano se daria mediante a realização de 38 atividades específicas, que proporcionassem resultados relevantes na busca da excelência na supervisão das entidades fechadas de previdência complementar (EFPC), no cumprimento de sua missão.

Sua implementação ao final de 2015 atingiu 86% do objetivo traçado, demonstrando em elevado grau o desafio assumido por esta Autarquia.

Assim, do escopo proposto para 2015, cabe destacar a conclusão de 99% das atividades relativas aos três pilares, os quais se referem aos objetivos estratégicos destinados a gerar resultados para a sociedade, decorrentes da atuação direta desta Superintendência por meio de seu planejamento estratégico. Neste ponto, destaca-se também o início da implementação do PSP – Plano de Supervisão da Previc e a elaboração de relatórios gerenciais e técnicos que visam à automação dos processos de supervisão. Ainda referente ao PSP, cabe destacar as ações relativas ao aprimoramento de sua supervisão prudencial e à elaboração de seu plano de ação fiscal (PAF) para o ano de 2016.

Cumprir mencionar que as atividades decorrentes desse planejamento estratégico foram executadas em conjunto com as ações referentes ao vigente Acordo de Metas de Gestão e Desempenho da Previc.

Com objetivo de desonerar as EFPC e tornar a supervisão mais eficiente, foram editadas diversas Instruções, em que se destacam i) Instrução nº 19 que dispõe sobre os critérios para definição da duração do passivo e da taxa de juros parâmetro; ii) Instrução Previc nº20, que classificou as EFPC em perfis, definidos segundo o porte, complexidade e riscos inerentes aos seus planos de benefícios; iii) Instruções Previc nº 21 e 25 que estabelece normas específicas para os procedimentos contábeis das EFPC; e iv) Instrução Previc nº 23, que estabelece orientações e procedimentos a serem adotados pelas EFPC na realização dos estudos técnicos que visem a atestar a adequação das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras às características da massa de participantes e assistidos e do plano de benefícios de caráter previdenciário.

Diante disso, prestamos contas de nossa atuação, sempre ciente do dever institucional e da necessidade constante de melhorias para fins de atendimento ao interesse público, com o objetivo de assegurar hígidez e confiabilidade ao sistema fechado de previdência complementar.

2. CENÁRIO DA PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR EM 2015

Em dezembro de 2015, os resultados dos balancetes contábeis consolidados dos planos de benefícios das Entidades Fechadas de Previdência Complementar - EFPC apontam a existência de 488 planos em equilíbrio técnico, em sua maioria planos na modalidade de contribuição definida, 393 planos superavitários com saldo positivo de R\$13,8 bilhões e de 241 planos deficitários com saldo negativo de R\$77,8 bilhões, com uma evolução nas provisões matemáticas das EFPC passando de um valor de R\$ 649,6 bilhões no primeiro trimestre para R\$ 706,2 bilhões no quarto trimestre de 2015.

Ressalte-se que os resultados apresentados refletem o contexto econômico adverso para os investimentos das EFPC, sobretudo, aqueles realizados em renda variável e crédito privado, relacionados ao desempenho da economia brasileira e do mercado financeiro. Adicionalmente, os números foram impactados negativamente pela dinâmica inflacionária de curto prazo, que corrige reservas matemáticas e aumenta metas nominais de rentabilidade das carteiras, e também pelo aumento de longevidade que induz inequivocamente a aumento dos compromissos dos planos com pagamento de benefícios.

Importante destacar também que a regra de solvência regulamentada pela Resolução CNPC nº 22/2015 estabeleceu parâmetros diferenciados para o equacionamento de déficits em função de características de cada plano de benefícios. Nesse contexto, os resultados negativos apurados em planos com mutualismo (modalidade BD e CV) devem ser relativizados e não implicarão, necessariamente, exigência de equacionamento imediato, a depender da maturidade dos fluxos de pagamento do passivo atuarial (*duration*).

A tabela a seguir demonstra o quantitativo de EFPC e planos de benefícios existentes no final de 2015, comparativamente ao final do ano de 2014:

	2014	2015	Var. %
EFPC em funcionamento	317	307	-3,2%
Planos de Benefícios	1.101	1.104	0,3%
Patrocinados	1.039	1.041	0,2%
Instituídos	62	63	1,6%

A involução na quantidade de EFPC em 2015 decorreu especialmente pelo cancelamento da autorização de funcionamento de entidades que regularizam pendências para encerramento de seu último plano de benefícios ou que tiveram seus planos de benefícios transferidos para outra EFPC, ocasionando a perda de seu objeto.

Por outro lado, no mesmo ano foi autorizado o funcionamento da Fundação de Previdência Complementar dos Serv. Público do Estado da Bahia, entidade fechada criada para administrar o plano de benefícios dos servidores públicos do estado da Bahia, nos termos do art. 40, § 14 da Constituição Federal.

Além disso, foi autorizada a implantação de trinta e dois novos planos de benefícios, sendo quinze patrocinados e três instituídos, bem como a adesão de duzentos e vinte e quatro novos patrocinadores e onze novos instituidores.

3. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2015

Em outubro de 2014, a Previc deu início à revisão de seu planejamento estratégico para o ano de 2015. A intenção do órgão foi otimizar processos, preservando sua integridade e tornando-os mais ágeis e seguros. Três pilares nortearam as ações da superintendência: Fomento, Desoneração e a aplicação efetiva da Supervisão Baseada em Riscos.

Foram definidos 8 (oito) Objetivos Estratégicos e de nove Ações e Projetos Estratégicos, com foco em três pilares – SBR, Desoneração e Fomento –, além daqueles de sustentação dos pilares foco: Gestão de Pessoas, TI, Processos e Comunicação. Para cada objetivo e respectivas ações/projetos foi definido um líder que se encarregou do seu andamento.

Com o objetivo de materializar seu planejamento estratégico, estabeleceu-se um prazo mais curto (um ano) para o alcance das metas traçadas, as quais envolveram ações concisas, de entrega de resultados.

Objetivos Estratégicos	Ações Estratégicas
SBR 1. Garantir excelência na supervisão do regime de previdência complementar.	A1. Rever o atual modelo de supervisão, promover adequações e dar início à implantação do “Modelo de SBR da Previc” em todos os níveis da Autarquia.
DESONERAÇÃO 2. Desonerar as entidades fechadas de previdência complementar.	A2. Criar mecanismos de desoneração das entidades fechadas de previdência complementar
FOMENTO 3. Criar condições para ampliação da cobertura previdenciária complementar.	A3. Aperfeiçoar os processos de licenciamento para criar estímulo à ampliação da cobertura previdenciária. A4. Auxiliar na formulação de regras e mecanismos que possam estimular a ampliação da cobertura previdenciária.
GESTÃO DE PESSOAS 4. Aperfeiçoar a gestão de pessoas para agregar valor aos processos e atingir a excelência organizacional. 5. Ter o conhecimento técnico previdenciário como diferencial da autarquia.	A5. Intensificar as exigências relativas às competências técnicas essenciais para atração, desenvolvimento e retenção de servidores, no âmbito da Política de Gestão de Pessoas. A6. Desenvolver ferramentas e mecanismos que possibilitem a geração, utilização e retenção do conhecimento na autarquia.
GESTÃO DE TI 6. Tornar a autarquia intensiva em TI.	A7. Realinhar as soluções de TI aos novos objetivos da autarquia.
GESTÃO DE PROCESSOS 7. Modernizar os processos da autarquia.	A8. Transformar e desenvolver a visão integrada dos processos.
COMUNICAÇÃO 8. Transformar a comunicação e o relacionamento da autarquia com seus públicos (interno e externo)	A9. Planejar e implementar política e estratégia de comunicação interna e externa.

SBR

Pode-se dizer que, atualmente, a ação mais relevante da Autarquia é o aperfeiçoamento do seu Programa de Supervisão, que tem como pressupostos:

- Licenciamento orientado a mitigação de riscos;
- Aperfeiçoamento da supervisão de 100% dos planos e Entidades;
- Novos mecanismos de inteligência;
- Intensificação da ação conjunta com outros órgãos de supervisão.

• As principais características do novo Programa de Supervisão da Previc (PSP) são:

- Manutenção dos atuais pilares: Educação, Orientação e Punição;
- Inclusão do pilar: Predição;
- Integração das áreas por meio da Supervisão Prudencial;
- Unificação das Matrizes de Riscos;
- Aperfeiçoamento do conceito de Gestão Baseada em Riscos;
- Intensificação da atuação conjunta com BACEN, CVM e Susep;
- Valorização dos atributos de Inteligência;
- Revisão da dinâmica de supervisão *on site*;
- Preservação de todo o arcabouço técnico desenvolvido;
- Transformação da Central de Análise em Supervisão Prudencial;
- Foco na atuação preditiva e não, necessariamente, punitiva;
- Atividades de *compliance* automatizadas.

Em 2015 tivemos as seguintes realizações:

- Formulação de uma proposição de modelo de SBR para a Previc;
- Elaboração de cronograma com as seguintes fases da implementação concluídas:
 - Adequações no Acordo de Gestão
 - Estruturação da avaliação de riscos
 - Definição das estratégias de mitigação de riscos
 - Início da sistematização processo de verificação de compliance com desenvolvimento de relatórios de compliance e especificação para a construção de sistema ao longo de 2016.
 - Aperfeiçoamento do Plano Anual de Fiscalização – PAF
 - Levantamento das necessidades de TI do PSP
 - Levantamento de Riscos de Negócio da Previc

Desoneração

Foi realizado um estudo identificando as causas de oneração das EFPC a partir de informações da sociedade civil. O mesmo documento já propõe 2 (duas) ações de desoneração identificadas no documento.

Outro estudo com um diagnóstico da atual situação da CMCA – Câmara de Mediação, Conciliação e Arbitragem. O mesmo documento identifica ações que podem ser implementadas para o fim de estimular o uso de soluções conciliatórias por meio da CMCA.

Fomento

Foi realizado o aperfeiçoamento do macroprocesso de licenciamento para criar estímulo à ampliação da cobertura previdenciária, contendo os seguintes passos:

- Mapear a situação atual do processo;
- Analisar alinhamento entre a estratégia e a situação atual dos processos;
- Analisar melhorias nos processos e sistemas;
- Analisar capacidade e quantidade de recursos humanos para execução do processo de negócio (análise de alocação de recursos):

- Analisar, propor melhorias e redesenhar o macroprocesso licenciamento.

Além disso, foram realizados estudos buscando auxiliar na formulação de regras e mecanismos que possam estimular a ampliação da cobertura previdenciária. Sendo assim, foram feitos:

- Estudo para a revisão do atual modelo tributário (diferimento).
- Diagnóstico do Sistema de Previdência Complementar e proposto plano com ações (no âmbito da Previc) de estímulo ao fomento, contemplando: aumento do nível de adesão dos atuais planos; crescimento da previdência associativa; planos setoriais por atividade econômica, entre outros.

Gestão de Pessoas

O ano de 2015 foi um ano desafiador, que contou com um orçamento reduzido, o que gerou impacto na efetividade de algumas ações. Foi elaborada a Política de Gestão de Pessoas, consubstanciada pela Portaria nº 84, de 23 de fevereiro de 2016, com o objetivo de criar diretrizes que colaborassem com a missão organizacional. Foi realizado o mapeamento de competências na autarquia com o objetivo de levantar as competências transversais, gerenciais e técnicas com o objetivo de tornar mais efetivo o investimento em capacitação.

O mapeamento de competências, realizado entre o segundo semestre de 2015 e o primeiro trimestre de 2016, teve como objetivo levantar os *gaps* de competências, ou seja, identificar as lacunas de desenvolvimento necessárias a cada servidor no desenvolvimento de suas atribuições. Assim, tanto as competências transversais, comuns a todos os servidores em exercício na Previc quanto as competências gerenciais, necessárias aos ocupantes de cargos de direção superior, foram mapeadas. O propósito fundamental desse trabalho fora tornar mais efetivo e eficaz o investimento em capacitação, visto que, por meio da metodologia adotada, foi possível levantar o Índice de Prioridade de Treinamento – IPT, o que possibilitou canalizar o investimento nas competências que mais necessitam de desenvolvimento, isto é, investir onde a lacuna entre o desempenho real e o desempenho ideal é maior.

A política de gestão de pessoas da Previc foi instituída por meio da Portaria nº 84, de 23 de fevereiro de 2016. A referida política é aqui definida como o conjunto de estratégias específicas voltadas aos servidores do órgão. O objetivo principal dessa política é a promoção de melhores práticas, o bem-estar no trabalho e o aprimoramento do processo decisório no contexto da gestão de pessoas. Tem como diretrizes principais valorizar o acesso dos servidores a programas de capacitação gerencial, dimensionar a força de trabalho, estruturar processos de seleção com base em perfis e competências, tornar mais estratégica a metodologia de avaliação de desempenho e assegurar recursos para o custeio dos programas de qualidade de vida no trabalho.

Gestão de TI

O objetivo em 2015 foi realinhar as soluções de TI aos novos objetivos da autarquia. Foram concluídas as seguintes atividades:

- Definição e elaboração da estratégia de TI para a autarquia;
- Levantamento das necessidades e requisitos de sistemas integrados de tecnologia para auxiliar a supervisão das EFPC e dos Planos (licenciamento e supervisão);
- Automatização do processo de Autorizar Alterações de Estatutos e Planos de Benefícios;

Gestão de Processos

No exercício de 2015 buscou-se transformar e desenvolver a visão integrada dos processos. Para isso, foram priorizados os macroprocessos de Gestão Estratégica; Gestão de Logística; Gestão de Pessoas e Licenciamento. Ao todo, 12 processos foram mapeados, conforme detalhamento a seguir:

Macroprocesso	Processos	TOTAL	STATUS
Licenciamento	Gerenciar Cadastro	4	Concluído
	Autorizar Alteração de Estatutos e Planos de Benefícios		
	Autorizar Criação de EFPC e Planos de Benefícios		
	Autorizar Encerramento de EFPC e Planos de Benefícios		
Gestão Estratégica	Preparar Formulação Estratégica	4	Concluído
	Formular Planejamento Estratégico		
	Desdobrar plano estratégico		
	Monitorar Planejamento Estratégico		
Gestão de Logística	Realizar Aquisições	2	A concluir em 2016
	Gerenciar Contratos		
Gestão de Pessoas	Recrutar e Selecionar Pessoas	4	Concluído
	Gerir Desempenho de Pessoas		
	Desenvolver e Reter Pessoas		
	Administrar e Acompanhar Pessoas		

Gestão da Comunicação

Em 2015 objetivou-se planejar e implementar uma política e estratégia de comunicação interna e externa. Para tanto, foi desenvolvida a Política de Comunicação para a autarquia, que envolveu a elaboração do Plano de Comunicação interna e externa de forma segmentada, com ações sistemáticas; o desenvolvimento de um Plano com ações para dar visibilidade à Autarquia no mercado de previdência complementar; revisão de adequação dos canais de comunicação utilizados, como por exemplo o novo site e a intranet da Previc.

Com relação ao cumprimento dos objetivos estratégicos definidos para o ano de 2015, a Autarquia atingiu 86% de execução, conforme detalhado a seguir:

Objetivo Estratégico	Descrição	Resultado
1 SBR / PSP	Garantir excelência na supervisão do regime de previdência complementar	95%
2 Desoneração	Desonerar as entidades fechadas de previdência complementar	100%
3 Fomento	Criar condições para ampliação da cobertura previdenciária complementar	100%
4 Gestão de Pessoas	Aperfeiçoar a gestão de pessoas, para atingir a excelência organizacional	46%
5 Gestão de Conhecimento	Ter o conhecimento técnico previdenciário como diferencial da autarquia	15%
6 Gestão de TI	Tornar a autarquia intensiva em TI	83%
7 Gestão de Processos	Modernizar os processos da autarquia	88%
8 Gestão da Comunicação	Transformar a comunicação e o relacionamento da autarquia com seus públicos	92%

4. PRINCIPAIS REALIZAÇÕES DA AUTARQUIA

4.1. Diretoria de Fiscalização – DIFIS

Ações Fiscais

Em 2015 realizaram-se 84 (oitenta e quatro) ações de fiscalização em Planos de Benefícios Previdenciários.

A Tabela a seguir destaca os desdobramentos e ocorrências constantes nos Relatórios de Fiscalização apresentados após a realização das ações fiscais, tendo sido emitidos 41 Autos de Infração:

	Indicação de emissão de Auto de Infração	Determinação de Procedimento	Requisição de Posicionamento	Determinação possível de aplicação de Regime Disciplinar	Recomendação	Aplicação do § 2º do art. 22 Dec. 4942/2003	Pendente Análise/Análise transferida para outro documento	Não identificação de Irregularidade	Total
Governança	1	226	64	14	75	8	2	39	529
Previdência e Atuária	2	83	21	49	0	5	1	29	240
Investimento	29	45	18	11	7	2	9	13	174
Total	32	354	103	74	72	15	12	81	943

Termo de Ajustamento de Conduta

Em 2015, foram aprovados pela Diretoria Colegiada da Previc dois Termos de Ajustamento de Conduta relacionados a duas entidades.

Análise das Denúncias/Representações

No início de 2015, havia em estoque 39 processos de denúncia e dois processos de representação. Ao longo do exercício de 2015, foram recebidos 141 novos processos de denúncia e 18 de representação, totalizando 180 processos de denúncia e 20 processos de representação. Desse total, foram tratados e finalizados 140 processos de denúncia e 19 processos de representação no ano de 2015.

Regimes Especiais

O panorama das entidades fechadas de previdência complementar submetidas a Regimes Especiais, no exercício de 2015, pode ser resumido da seguinte forma: três entidades com três planos de benefícios sob Administração Especial, quatro entidades sob Intervenção, e 10 entidades em Liquidação Extrajudicial.

4.2. Diretoria de assuntos atuariais, contábeis e econômicos – DIACE

Monitoramento de investimentos: com relação aos aspectos de investimentos das EFPC, as principais atividades realizadas no exercício de 2015 foram as seguintes:

- *Compliance* dos 1.050 planos de benefícios, realizado sobre informações constantes nos Demonstrativos de Investimentos (DI) de dezembro de 2015, para fins de acompanhamento de cumprimento dos limites normativos expressos nos artigos 35, 36, 37, 38, 39 e 40 da Resolução CMN nº 3.792/09;
- Resposta de 28 consultas, de acordo com a Instrução Previc nº 04, de 06 de julho de 2010;
- 195 análises relativas a monitoramento, demandas internas à Previc e externas - encaminhadas, nos termos da legislação vigente, por diversas pessoas físicas e jurídicas da sociedade civil, acerca de informações de competência da CGMI.
- 12 respostas a solicitações da Ouvidoria e/ou E-SIC, decorrentes da Lei de Acesso à Informação;
- 48 análises de requerimentos de taxas de juros, de acordo com a Instrução Previc nº 01, de 12 de abril de 2013 e a Instrução Previc nº 23, de 26 de junho de 2015.

Monitoramento atuarial: no tocante aos aspectos atuariais das EFPC, as principais atividades realizadas no exercício de 2015 foram as seguintes:

- *Compliance* de 717 planos de benefícios que deviam entregar Demonstrações Atuariais, nos termos da Instrução Previc nº 12, de 13 de outubro de 2014;
- *Compliance* de 719 planilhas enviadas de Duração de Passivo e Ajuste de Precificação - DPAP, de acordo com a Portaria nº 91, de 20 de fevereiro de 2015;
- Resposta de 30 consultas externas, nos termos Instrução Previc nº 04, de 06 de julho de 2010;
- Análise de 48 requerimentos para utilização de taxa de juros, de acordo com a Instrução Previc nº 01, de 12 de abril de 2013 e a Instrução Previc nº 23, de 26 de junho de 2015;
- Resposta a duas demandas da Ouvidoria junto à Previc;
- Elaboração de Mapa de Risco Actuarial e publicação da Portaria nº 510, de 28 de setembro de 2015, contendo os planos autorizados ao envio de DA simplificadas;
- Elaboração de “*Frequently Asked Questions - FAQ*” - documento com o esclarecimento das dúvidas mais frequentes a respeito de elaboração e envio de Demonstrações Atuariais, cálculo de duração do passivo e requerimento para utilização de taxa de juros.

Monitoramento contábil: quanto aos aspectos contábeis, as principais atividades realizadas no exercício de 2015 foram as seguintes:

- Controle do envio dos balancetes mensais e Demonstrações Contábeis de 2014, que foram encaminhadas em prazos distintos, consoante à Instrução Previc nº 21, de 23 de março de 2015, como resultado foram emitidas 31 notas;
- Monitoramento, análise e consistência dos Balancetes Mensais das EFPC, foram emitidas 363 notas;
- Análise de 70 Demonstrações Contábeis do exercício 2014, selecionadas por meio de critérios considerando os conceitos da Supervisão Baseada em Riscos, foram emitidas 70 notas;
- Monitoramento relativo ao custeio administrativo das EFPC no exercício de 2014, foi emitido uma nota;
- Realização de estudo das Despesas Administrativas das EFPC do exercício de 2014 e disponibilização na página eletrônica da Previc; foi emitido uma nota;
- Atendimento a 6 consultas, de acordo com a Instrução Previc nº 04, de 06 de julho de 2010; foram emitidas seis notas; e

- Atendimento às consultas externas e das demais áreas da Previc, com relação aos aspectos contábeis, foram emitidas 88 notas.

Estudos e pesquisas: a Coordenação-Geral de Pesquisas Atuariais, Contábeis e Econômicas - CGAC desenvolveu as seguintes atividades no exercício de 2015, a saber:

- Monitoramento do desempenho econômico-previdenciário das EFPC com estudo sobre o desempenho econômico-previdenciário do sistema - situação do sistema em termos de solvência, equilíbrio e liquidez, bem como análise das condições normativas, econômicas necessárias para melhoria dessas variáveis;
- Conclusão da segmentação: Perfis de Relacionamento com estudo acerca das possibilidades de segmentação do sistema, sob critérios objetivos, que possibilitem a mitigação de sua heterogeneidade, criando grupos com características relevantes comuns para o relacionamento com a Autarquia e Minutas de portaria, instrução e plano de comunicação para implementação do modelo de relacionamento aprovado pela Dicol;
- Proposta de alterações à Instrução Previc nº 13/2014 com minuta de normativo sobre a comunicação das EFPC com participantes e assistidos, propondo novos prazos para elaboração do Relatório Anual de Informações aos Participantes (RAI) e seu resumo, para compatibilizá-lo com os novos prazos de apresentação das demonstrações contábeis estabelecidos pela Instrução Previc nº 21/2015;
- EAD para qualificação de dirigentes de EFPC desdobrando-se na publicação de Portaria Conjunta Previc/SPC sobre criação de Grupo de Trabalho para elaboração de curso de ensino à distância para oferecer conhecimentos sobre previdência complementar fechada a membros das diretorias e conselhos deliberativo e fiscal das entidades fechadas de previdência complementar, visando a uma qualificação mínima para o desempenho efetivo de suas funções estatutárias;

- Equalização dos fluxos de informações na Previc com estudo para identificar as potenciais demandas e propor relatórios de informações para usuários internos e externos à Previc, compreendendo o mapeamento das demandas dos usuários por relatórios de informações, a identificação dos relatórios necessários para satisfazer essas demandas, proposta de desenvolvimento, automatização e reorganização dos relatórios necessários, melhoria das formas de acesso pelos usuários, documentação e elaboração de material de treinamento;
- Convênio de cooperação nº 01/2007 Previc/BCB com preparação e envio de relatórios trimestrais sobre operações compromissadas, Balancete consolidado, consolidado geral e consolidação por classificação, sobre as operações das EFPC;
- Educação Financeira e Previdenciária com participação de reuniões do CONEF (Comitê Nacional de Educação Financeira), participação de reuniões das subcomissões do CONEF (CP - Comissão Permanente, CAF - Comitê de Acompanhamento e Fiscalização, GAP - Grupo de Apoio Pedagógico e organização de atividades para a 2ª Semana ENEF - Semana Nacional de Educação Financeira.
- Participação no Grupo de Trabalho de Infraestrutura do Coremec - Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiro, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização

Monitoramento de Planos de Benefícios

Para fins de subsídio às atividades de fiscalização previstas no Planejamento Estratégico da Previc de 2015, a Diace realizou a análise de 22 planos de benefícios classificados de acordo com os critérios de risco adotados. As análises foram efetuadas em conjunto pelas áreas de monitoramento contábil, atuarial e de investimento, sem sobreposição de funções, avaliando-se os principais riscos e todo o patrimônio (ativo e passivo) dos planos.

4.3. Diretoria de análise técnica – DITEC

- Condução do Grupo de Trabalho Previc-Susep para elaboração de minuta de Instrução Conjunta sobre transferência de riscos dos planos de benefícios.
- Participação em Grupo de Trabalho Previc-SPPC para discussão sobre novos modelos de planos de benefícios.
- Participação em Grupo de Trabalho Previc-SPPC para discussão sobre regulamentação de planos instituídos setoriais.

- Publicação de três modelos de regulamentos de planos de benefícios na modalidade Contribuição Definida para utilização do sistema no âmbito do Licenciamento Automático de que trata a Instrução Previc nº 17/2014.
- Elaboração das Notas Ditec nº 1 e 2, que tratam, respectivamente, da desoneração do sistema nos processos de licenciamento e da definição de parâmetro mínimo para atualização de benefícios definidos.
- Condução das atividades do Fórum Previc, com a participação de representantes de consultorias e de EFPC, para consolidação de proposta de resolução sobre submassas.
- Elaboração de minuta de instrução para acolher propostas de modelos de planos de benefícios certificados de consultorias.
- Em decorrência dos mandamentos previstos no art. 33 da Lei Complementar nº 109, de 2001, e demais normativos infralegais, a DITEC procedeu a análise de 1.521 processos encaminhados pelas EFPC, dentro dos prazos previstos na Instrução nº 16, de 12 de novembro de 2014, conforme quadro resumo abaixo:

CGAF	
Certificação de Modelo de Regulamento (25 dias)	5
Aplicação de Regulamento com base em modelo certificado (07 dias)	5
Aplicação de Regulamento (implantação de plano) (20 dias)	33
Convênio de adesão (15 dias)	268
Criação de EFPC – processo acompanhado somente do Estatuto (15 dias)	1
Criação de EFPC – processo completo (35 dias)	0
Cancelamento de EFPC ou Plano (35 dias)	0
Total CGAF	312
CGAT	
Alteração de Regulamento (30 dias)	405
Alteração de Regulamento Saldamento (35 dias)	6
Total CGAT	411
CGTR	
Transferência de Gerenciamento (25 dias)	39
Termo aditivo à Transferência de Gerenciamento (35 dias)	10
Transferência de Participantes e assistidos, reservas e fundos (35 dias)	0
Migração – Alteração de Regulamento (s) e Implantação de Plano, quando houver (35 dias)	22
Reorganização Societária (fusão, cisão, incorporação) (35 dias)	37
Termo aditivo à Reorganização Societária (fusão, cisão, incorporação) (35 dias)	8
Encerramento de EFPC e Plano (35 dias)	113
Destinação de superávit em processos que envolvam reversão de valores (60 dias)	14
Retirada de Patrocinador/Instituidor (60 dias)	129
Termo Aditivo à Retirada de Patrocinador/Instituidor (60 dias)	14
Total CGTR	386
CGIG	
Termo Aditivo a Convênio ou Termo de Adesão (20 dias)	308
Alteração de estatuto (30 dias)	104
Total CGIG	412
Total DITEC	1521

4.4. Diretoria de Administração - DIRAD

Principais atividades relativas a aquisições e contratações

- Desdobramento da sistemática de apuração de custos da Previc, nos moldes do Sistema de Informações de Custo do Governo Federal - SIC.
- Contratação de serviços de Desenvolvimento de Sistemas e Demandas Adaptativas e Evolutivas (ponto de função)
- Execução do Projeto de instalação do Escritório do Rio de Janeiro nas instalações do Banco Central, com prazo de conclusão para 2016;
- Remodelagem para adesão à sistemática de aquisição direta de passagens aéreas - Grandes Companhias
- Alteração da hospedagem do site da Previc que passou a ter sustentação própria
- Levantamento de requisitos da ferramenta de monitoramento – aderente ao Programa SBR
- Aquisição e instalação de servidores de rede

Atividades desenvolvidas em Tecnologia da Informação

Em 2015, a CGTI desempenhou atividades com diferentes focos, como melhorias na infraestrutura de Tecnologia da Informação, manutenção corretiva e evolutiva dos sistemas internos e corporativos, desenvolvimento do Projeto INFGER e aprimoramento da gestão de todos os contratos em TI que englobam infraestrutura de TI, serviços de suporte tecnológico, impressoras multifuncionais e computadores.

Nesse sentido, durante o exercício de 2015 a CGTI envidou esforços na continuidade do projeto de montagem de sua infraestrutura própria, destacando-se a aquisição de novos servidores de rede, a reestruturação das bases de dados da Previc com nova tecnologia, a migração e organização de documentos da Previc para servidor de arquivo próprio, a implantação de ferramenta de gestão e monitoramento do Datacenter e das máquinas dos usuários final e o término do procedimento de migração da administração da rede interna.

Por sua vez, o Projeto INFGER visa substituir o ambiente do Business Object (BO), utilizado atualmente na Previc, por uma solução que reestrutura as bases transacionais dos sistemas da Previc para uma base gerencial conforme as necessidades das áreas de negócio. Nesse Projeto, destacam-se as seguintes atividades realizadas em 2015: melhorias gerais nos relatórios do Reporting Services; confecção de novos relatórios gerenciais, conforme demanda das áreas interessadas e integração das bases de dados do sistema SICADI ao banco de dados do INFGER.

Adicionalmente, em 2015 foi definida a estratégia em TI da Previc, elaborada a minuta da prorrogação do PDTI da Previc para 2016, automatizado o processo de “Autorizar Alterações de Estatutos de Planos de Benefícios” e realizado o levantamento de necessidades e dos requisitos dos sistemas integrados de tecnologia para auxiliar a supervisão das EFPC e dos Planos (licenciamento e supervisão).

Atividades de desenvolvimento de pessoas

Em 2015, foram realizadas 120 ações de capacitação, com 431 participações em treinamentos, presenciais e à distância, realizadas por 151 servidores, num total de 7.335 horas, equivalente a 48,58 horas por servidor capacitado.

Entre as ações, destacam-se: capacitação em *Media Training*, Auditoria, Redação Oficial, Programa de Reguladores da BM&F Bovespa, Oratória, entre outros, o que resultou no cumprimento de 73,55% das metas físicas. Diante de um quadro de contingenciamento de gastos, a Coordenação de Desenvolvimento de Pessoas - Codep/CGRH uniu esforços a fim de disseminar entre os servidores o autodesenvolvimento e a busca por opções de treinamentos, oficinas e workshops gratuitos nas escolas de governo, como a Enap, além de incentivar a participação em EAD - Ensino à Distância. A ação visou, principalmente, a garantia da capacitação aos servidores mesmo em um cenário desfavorável do ponto de vista orçamentário.

Curso “Master em, Dirección y Gestion de Planes y Fondos de Pensiones”

O curso oferecido pela Organização Ibero-Americana de Seguridade Social – OISS e pela Universidade de Alcalá tem status de pós-graduação *latu sensu* e contou com a participação de 3 servidores da Previc em 2015. O programa contempla sete módulos e duas fases, sendo a primeira à distância (fase concluída em 2015) e a segunda presencial (fase a ser concluída em 2016).

5. PRINCIPAIS ALTERAÇÕES NORMATIVAS

Em 2015, esta autarquia utilizou o mecanismo de consultas públicas antes da edição de normativos de sua competência, possibilitando a manifestação da sociedade civil em assuntos de interesse para o aperfeiçoamento do sistema de previdência complementar e o estreitamento do relacionamento da Previc com as supervisionadas e demais órgãos representativos do sistema de previdência complementar. Lista-se, a seguir, os normativos editados no decorrer do referido exercício:

- Instrução Previc nº 19, de 04 de fevereiro de 2015: dispõe sobre os critérios para definição da duração do passivo e da taxa de juros parâmetro, de que trata a Resolução nº 18, de 28 de março de 2006, bem como do ajuste de precificação, de que trata a Resolução nº 26, de 29 de setembro de 2008, ambas do Conselho de Gestão Previdência Complementar
- Instrução Previc nº 20, de 20 de março de 2015: classifica as EFPC em perfis, definidos segundo o porte, complexidade e riscos inerentes aos planos de benefícios por elas administrados, para fins de supervisão no âmbito da Previc.
- Instrução Previc nº 21, de 23 de março de 2015: altera a Instrução MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009 que estabelece normas específicas para os procedimentos contábeis das EFPC, bem como prazos para envio de pareceres e manifestação do Conselho Deliberativo à Previc.
- Instrução Previc nº 22, de 15 de abril de 2015: altera as Instruções Previc nºs 12 e 13, de 13 de outubro de 2014 e 12 de novembro de 2014, respectivamente, e dispõe sobre prazo de elaboração do Relatório Anual de Informações (RAI) e procedimentos de disponibilização do Resumo do Relatório Anual de Informações aos participantes e assistidos.
- Instrução Previc nº 23, de 26 de junho de 2015: estabelece orientações e procedimentos a serem adotados pelas EFPC na realização dos estudos técnicos que visem a atestar a adequação das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras às características da massa de participantes e assistidos e do plano de benefícios de caráter previdenciário.

- Instrução Previc nº 25, de 17 de dezembro de 2015, alterando a Instrução MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, que estabelece normas específicas para os procedimentos contábeis das entidades fechadas de previdência complementar, define a forma, o meio e a periodicidade de envio das demonstrações contábeis, e dá outras providências.
- Participação na elaboração da Resolução nº 22, de 25 de novembro de 2015, que altera a Resolução CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008 e o Regulamento anexo à Resolução CGPC nº 18, de 28 de março de 2006, dispendo sobre as novas regras de solvência dos planos de benefícios.